

José D'Assunção Barros*

A ESCOLA DOS ANNALES E A CRÍTICA AO HISTORICISMO E AO POSITIVISMO

Resumo: Este artigo tem por objetivo conduzir uma discussão acerca do movimento dos Annales, com ênfase na sua oposição a determinados setores do Historicismo e do Positivismo de sua época. É elaborada uma exposição inicial das ‘oposições radicais’ e ‘oposições interativas’ das primeiras gerações dos Annales, considerando que a oposição ao Historicismo não foi uma oposição ao Historicismo como um todo, mas apenas contra certos setores do Historicismo que foram associados pelos Annales a uma “história historizante”. Na segunda parte do artigo, são apresentados alguns dos principais aspectos que constituem a identidade dos Annales como um movimento: a interdisciplinaridade, a problematização da História, e as novas proposições nas formas de conceber o Tempo.

Palavras-chave: Escola dos Annales; Historicismo; Nova História.

Abstract This article aims to conduct a discussion about the Annales movement, with emphasis in its opposition to determinate sectors of the Historicism and Positivism of his époque. It is elaborated an initial exposition of the ‘radical oppositions’ and ‘interactive oppositions’ of the first generations of the Annales movement, considering that the opposition to the Historicism wasn’t an opposition to the hole Historicism, but only to certain sectors of the Historicism that were associated by the Annales to an “historizant history”. In the second part of the article, they are pointed some of the principal aspects that constituent the ‘identity’ of the Annales as a movement: the interdisciplinary, the problematization of the History, and new propositions in the ways to concept the historic time.

Keywords: Annales School; Historicism; New History

A escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo

Introdução: algumas questões sobre os Annales

O movimento dos *Annales* – ao lado do Materialismo Histórico e das contribuições da Hermenêutica Historicista – constitui certamente uma das influências

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007) e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009).

mais impactantes e duradouras sobre a Historiografia Ocidental¹. O impacto dos Annales sobre a historiografia ocidental como um todo, e sobre a historiografia brasileira em particular, não deixa de ser produzido por uma parte efetiva de contribuições substanciais e extremamente inovadoras para a historiografia, e também por uma parte não menos significativa de “mito” construído pelos primeiros líderes do movimento em sua ascensão ao domínio do território institucional. Em função desta dupla característica – contribuição efetivamente inovadora e “mito da inovação”, algumas ambigüidades iniciais merecem ser pontuadas. Os Annales representaram a “Nova História” contra uma “Velha História”, tal como postularam os primeiros fundadores do movimento, e também os seus refundadores? Se representaram uma “Nova História”, foram eles os únicos setores da historiografia que puderam se auto-perceber como uma “Nova História”? E quanto aos setores estigmatizados pelos primeiros annalistas como uma “Velha História”, estavam todos mergulhados, na sua inteireza, em uma “velha história” totalmente retrógrada e inadaptada aos novos tempos? Estas perguntas podem ser colocadas provocativamente a respeito dos Annales, e algumas delas se expressam em ambigüidades relacionadas à própria designação do movimento.

Frequentemente, quase como um sinônimo para o movimento dos Annales ou para o tipo de historiografia que este movimento pretende ter inaugurado, é empregada a expressão “Nova História” em seu sentido ampliado, o que inclui tanto a Escola dos Annales propriamente dita como a corrente à qual, a partir dos anos 1970, muitos se referem também como *Nouvelle Histoire*, mas agora em sentido mais restrito. Para dar um exemplo, o uso ampliado da expressão *Nouvelle Histoire* é encaminhado por José Carlos Reis no seu ensaio “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa”, incluído na coletânea de textos deste autor sobre *A Escola dos Annales* (2000). Por outro lado, uma vez que os mais recentes historiadores da *Nouvelle Histoire* muito

¹ As fontes diretas para o estudo da história do movimento dos Annales, para além da própria produção historiográfica dos historiadores do grupo, bastante vasta e diversificada, incluem também manifestos produzidos nos editoriais da Revista dos Annales, e textos auto-reflexivos produzidos individualmente por historiadores do grupo. Entre estes, teremos desde os textos que apresentam coletâneas do movimento – como a Apresentação de Le Goff e Nora para os três volumes de *Faire de l'histoire* (1974) ou os dois prefácios de Le Goff para o dicionário *A Nova História* (1978; 1988) – até ensaios, depoimentos e manifestos produzidos por membros destacados do grupo como Marc Bloch (*Apologie pour l'Histoire*, 1941-42), Lucien Febvre (*Combats pour l'histoire*, 1953), Fernando Braudel (*Personal Testimony*, 1972), Le Roy Ladurie (*Território do Historiador*, 1973), Pierre Chaunu (*História: ciência social*, 1974), Burguière (*Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*, 1979), Bernard Lepetit (*Histoire et Sciences sociales: um tournant critique?*, 1988). A oposição aos Annales também se encontra bem representada, em textos como o ensaio de François Dosse contra a terceira geração dos Annales (*A História em Migalhas*, 1987).

habitualmente reivindicam uma herança historiográfica que remete às duas primeiras gerações dos Annales, não é raro o uso da expressão “Escola dos Annales” de modo a abarcar as diversas gerações de historiadores que tem como referência a Revista dos Annales, sendo este o uso que lhe empresta Peter Burke em seu ensaio de 1990 intitulado “A Escola dos Annales”.

Outra das ambigüidades relativas a este grande movimento historiográfico encabeçado pelos historiadores franceses também se expressa no fato de que autores diversos costumam lidar por vezes com periodizações distintas sobre o movimento. François Dosse estabelece uma ruptura em 1968 entre os Annales e o que seria chamado em sentido estrito de *Nouvelle Histoire* (1987). Iggers, na sua obra *Novas Direções na Historiografia Européia* (1971), prefere enfatizar uma ruptura que teria ocorrido em 1945, separando a “história tendencialmente qualitativa” dos primeiros tempos dos Annales e a “história conjuntural quantitativa” que passaria a predominar em seguida, particularmente no período sob a égide de Fernando Braudel.

É ainda bastante complexo e polêmico o estudo sobre as influências que os Annales teriam recebido de outros movimentos e correntes historiográficas, seja se considerarmos o estudo relativo à influência de autores diversos nos grandes fundadores dos Annales, seja se nos voltarmos para os estudos que se relacionam à identificação de correntes e aportes teóricos que teriam influenciado e permitido a constituição dos Annales como movimento bem estruturado e triunfante na historiografia francesa. Para dar um exemplo, o diálogo e o contraste dos Annales com o Materialismo Histórico têm suscitado reflexões diversas, havendo aquelas que buscam resgatar as influências do Marxismo para a visão histórica estruturante dos Annales – tal como Burguière em seu artigo *Histoire et Structure* – outros que procuram pontuar mais claramente as diferenças, e ainda os que buscam estabelecer uma relação mais complexa entre estes dois importantes campos de contribuições historiográficas, como é o caso do livro de Aguirre Rojas *Os Annales e a Historiografia Francesa* (2000).

De igual maneira, há uma tendência em se enfatizar as inovações dos Annales, particularmente por oposição a todo um paradigma historiográfico que já havia sido inaugurado pelo Iluminismo desde o século XVIII. Mas isto não exclui também aqueles que, como Gemelli em seu artigo de 1987 sobre *Os Annales no Segundo Pós-Guerra* – procuram enxergar a influência da racionalidade Iluminista como a grande vertente de influência nos Annales. Há mesmo os que – com vistas a criar um contraste em relação a algumas das correntes que surgem no ambiente da pós-modernidade – esmeram-se em

mostrar que há um grande e único paradigma Iluminista, que inclui não apenas os Annales como também o Materialismo Histórico, dando a perceber que entre estas duas contribuições historiográficas haveria mais semelhanças que diferenças. Este é o caso, por exemplo, do ensaio de apresentação de Ciro Flamarion Cardoso ao livro *Domínios da História*, que procura dicotomizar a grande produção historiográfica ocidental em termos de dois grandes “paradigmas rivais” (1986).

Os Annales constituem um paradigma, como propõem Gemelli (1987) ou Stoianovitch (1976) em seus ensaios? Estão imersos no conjunto de variações e contribuições atinentes a um paradigma mais amplo, como propõe Ciro Flamarion Cardoso ao integrar a Escola dos Annales a um moderno paradigma iluminista? Existiria apenas um único paradigma dos Annales, ou mais de um, como propôs Jacques Revel em um artigo escrito em 1979 para a própria Revista dos Annales, com o título “Os paradigmas dos Annales”? Ou será que, ao invés de um “paradigma” ou conjunto integrado de paradigmas, os Annales constituem um Movimento ou Escola, tal como sugerem François Dosse e Peter Burke em perspectivas bem diferenciadas um do outro? Se é uma Escola, até que ponto existirão inovações suficientemente decisivas para que se possa atribuir aos Annales uma contribuição realmente transformadora para a Historiografia Ocidental, tal como propõe José Carlos Reis nas suas diversas análises sobre as radicais e inovadoras contribuições que emergem da instituição pelos Annales de um novo Tempo Histórico (REIS, 1994)? Por outro lado, se os Annales constituíram uma Escola ou um Movimento, quais os seus limites temporais: teriam se esgotado nas duas primeiras gerações, ou prosseguem pelas gerações posteriores de historiadores franceses que reivindicam a herança de Bloch, Febvre e Braudel?

Há ainda uma série de outras polêmicas que emergem deste fascinante movimento que apresenta como figuras de proa nomes como o de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernando Braudel. Até que ponto existe uma ruptura entre a Escola dos Annales propriamente dita e a chamada Nouvelle Histoire que continua a se afirmar nas últimas décadas do século XX? Os historiadores ligados à Nouvelle Histoire são herdeiros dos Annales – tal como propõe Peter Burke em seu livro “A Escola dos Annales – a Revolução Francesa da Historiografia” (1989) – ou inversamente, tal como propõe François Dosse, há muito mais uma ruptura entre a Escola dos Annales e esta outra corrente, que também tem seu principal lugar de ação na célebre Revista dos Annales, e que a partir das últimas décadas do século XX tende a desenvolver o que foi por alguns chamado de “Uma História em Migalhas” (DOSSE, 1987)?

Estas perguntas, que não podem ser respondidas todas no espaço que teremos para esta síntese, permitem que vislumbremos a complexidade que envolve a temática das contribuições historiográficas proporcionadas pela escola dos Annales. Para além do importante diálogo bibliográfico que já existe em torno dos Annales, é fundamental considerar, antes de tudo, as fontes que revelam diretamente o pensamento historiográfico dos historiadores dos Annales. Emergem aqui obras já clássicas, como *A Apologia da História*, de Marc Bloch, os *Combates pela História*, de Febvre (1965), os ensaios de Fernando Braudel incluídos na obra *A Escrita da História* (1969), o ensaio *Território do Historiador*, de Ladurie (1973), o livro *História, ciência social* de Pierre Chaunu (1974), os ensaios reunidos por François Furet em 1982 sobre a rubrica *A Oficina da História*, ou ainda as grandes coletâneas coordenadas por historiadores da Nouvelle Histoire como Jacques Le Goff e Pierre Nora, entre os quais a coletânea *Faire de l'Histoire* (1974) ou a coletânea *Nouvelle Histoire* (1978).

Finalmente, a própria atuação de cada historiador ligado aos Annales no exercício da sua prática e elaboração de estudos históricos específicos deixa entrever, com bastante intensidade, as nuances de cada um. Obras como *Os Reis Taumaturgos* (1924), de Marc Bloch, o *Rabelais* de Lucien Febvre (1942), *A crise da economia francesa no Antigo Regime* de Labrousse, *O Mediterrâneo*, de Fernando Braudel (1966), ou *Sevilha e o Atlântico*, de Pierre Chaunu (1959), tornam-se aqui páginas privilegiadas para a identificação de um novo e complexo padrão historiográfico que iria deixar seus traços definitivos na história da historiografia.

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos Annales precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que apodaram de “História Historizante” ou de “História Eventual” – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo. Os Annales, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais.

Esta será uma questão essencial para a reflexão que aqui desenvolvemos. Antes de adentrarmos a questão da interação com as ciências sociais, contudo, será preciso

entender de modo mais complexo a propalada oposição ao Historicismo, tal como está formulado na questão nuclear deste artigo.

Historicismo

O Historicismo constituiu um grande e complexo movimento dentro da história da historiografia ocidental. Iniciado pela Escola Histórica Alemã de Ranke, e apresentando alguns precursores sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, o movimento veio a abrigar tendências relativamente diversificadas, apesar de uma oposição mais geral contra o Positivismo, que foi no século XIX outro grande paradigma das ciências humanas (com forte influência sobre a História).

Nos primeiros tempos, as contribuições de historiadores ligados ao historicismo alemão, como Ranke e Niebuhr, representaram grandes avanços para a historiografia no que concerne à técnica e à profissionalização. A constituição da história como disciplina autônoma, com lugar na Universidade; o desenvolvimento da Crítica Documental; a constituição de uma nova figura de historiador especializado por oposição ao historiador dileitante ou em relação ao erudito iluminista que incluía a história entre uma de suas várias preocupações ... tudo isto fez com que o historicismo se destacasse desde os seus primeiros tempos, apesar do caráter conservador que lhe era trazido pelo fato de seus financiadores serem os grandes governos nacionais que, do período da restauração em diante, estavam interessados em atrelar a história à Grande Política, em adequá-la aos interesses da nova configuração internacional européia e em ajustá-la aos ditames de uma sociedade industrial já assentada sobre a prosperidade burguesa e sob o domínio político de uma combinação de elites burguesas e de aliados relacionados a uma antiga nobreza restaurada.

É assim que este Historicismo nascente – tão inovador em relação às novas propostas de estabelecimento da História como uma ciência autônoma que tinha direito à busca de uma identidade própria e de métodos específicos – tinha também o seu lado conservador. Ademais, nos primeiros tempos o historicismo ainda não estava de todo liberto do paradigma positivista, e Ranke ainda almejava uma certa neutralidade historiográfica que ficou celebrizada no famoso dito em que teria afirmado, na introdução de sua obra de 1824 sobre *Os Povos Românicos e Teutônicos*, que só pretendia narrar os fatos tal como eles haviam se passado. Com o tempo, o historicismo foi se afirmando, por oposição em relação ao paradigma positivista, como uma proposta

de investigação e reflexão historiográfica que se orientava conforme algumas diretrizes específicas. Em primeiro lugar, buscava-se francamente o estudo da particularidade histórica por oposição às grandes generalizações que um dia haviam sido feitas pelo Iluminismo e que agora, de modo bem mais conservador, eram encaminhadas pelo Positivismo; neste sentido, a busca de Lei Gerais – típica do positivismo – era afrontada por uma concepção da História como ciência do particular, do vivido humano que dificilmente poderia se ajustar às grandes receitas positivistas que buscavam aproximar as concepções das ciências sociais às concepções das ciências naturais.

Em segundo lugar, tratava-se de buscar uma metodologia própria, que desse à História um lugar próprio e específico diante do conjunto mais amplo das reflexões relacionadas às ciências do espírito, para já utilizar uma expressão empregada por Dilthey, que seria mais tarde um importante teórico que se relacionou com o setor mais avançado do historicismo.

O terceiro ponto seria mais delicado, e tem uma história mais complexa que se associaria ao desenvolvimento da Hermenêutica. Nem todos os historicistas estariam de acordo com este terceiro item, e há muitas variações entre os que o incluem como traço fundamental para a identidade historicista. Trata-se aqui da questão da subjetividade do próprio historiador. Por oposição ao Positivismo – que apregoava a possibilidade de uma “neutralidade” do cientista social – certos setores do historicismo começaram a estender sua compreensão de pura historicidade do mundo não mais apenas aos objetos historiográficos a serem examinados pelos historiadores, que eram as sociedades humanas, mas também aos próprios historiadores enquanto agentes produtores do conhecimento histórico. Os setores mais avançados do Historicismo iriam tender a uma virada relativista e a uma intensificação cada vez maior da consciência histórica, incluindo no seu arco de contribuições deste o Droysen de *Historik*, até o Dilthey de Introdução às Ciências do Espírito e, mais tarde, as grandes contribuições modernas para o desenvolvimento da hermenêutica que seriam desenvolvidas por Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, mas isto já no século XX.

Ocorre que este desenvolvimento da consciência histórica dos historicistas não se deu em uma linha única, como tampouco se pode agrupar em um pensamento rigorosamente homogêneo tudo o que constituiu o Historicismo no século XIX e princípios do século XX. Havia por exemplo um historicismo que, aprofundando a ênfase na preocupação em estudar os particularismos históricos, o singular, o que não se repete – tendeu a uma supervalorização do acontecimental e a elaborar o que mais tarde

seria chamado pelos historiadores dos Annales de “história factual” ou “história historizante”. Entre estes, havia os que, mesmo já em fins do século XIX, ainda advogavam uma neutralidade típica dos historicistas do início do século. Mas havia também os historicistas que já estavam bem avançados na reflexão hermenêutica. Já mencionamos historiadores e filósofos historicistas como Droysen e Dilthey, e mais tarde surgiria a contribuição de Gadamer, Koselleck e Paul Ricoeur. Podemos mencionar ainda a clássica posição em que se apoiava Heinrich Rickert (1863-1936), um historicista neo-kantiano que sustentava que o historiador deveria considerar o fato no seu caráter de singularidade, com seu caráter único e irreprodutível, por oposição à utilização do fato histórico pelo cientista social, que tendia a dele se valer apenas como exemplo que confirmava a lei ou uma regra geral que, estas sim, seriam o seu verdadeiro objeto de estudo. Este ponto de vista da busca pela história do fato em sua singularidade absoluta é sustentado por Heinrich Rickert em seu ensaio *Ciência Cultural e Ciência Natural* (1945).

Como se vê, o Historicismo correspondeu a um campo muito vasto de contribuições. Entre os historicistas existiam desde os grandes filósofos da história e historiadores preocupados em desenvolver a reflexão hermenêutica e em intensificar a reflexão sobre a consciência histórica – incluindo nomes como Droysen Dilthey, Benedetto Croce, e mais tarde Gadamer e Paul Ricoeur – até historiadores que estavam trabalhando com uma concepção excessivamente factual da história. Acresce que havia ainda campos de imbricamento entre idéias positivistas e historicistas. A Escola Metódica Francesa, de clara influência positivista e na linha de descendência de historiadores como Buckle ou Taine, havia também assimilado a contribuição dos manuais historicistas, como o de Bernheim, publicado em 1989. O mais famoso manual da escola metódica – celebrizado pelo estigma de conservadorismo que recebeu dos historiadores que fundaram a escola dos Annales – seria o de Seignobos e Langlois, publicado em 1898, e que descarta do manual historicista de Bernheim a sua reflexão inicial sobre a filosofia da história de sua época para aceitar apenas a parte prática, metodológica.

Temos que entender que, quando se fala em uma crítica dos Annales ao Historicismo, está sendo recolocada a crítica que historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre dirigiram contra toda uma “história historizante”, que incluía os historicistas mais factuais e conservadores, e também a correntes mais ambíguas no desenvolvimento da historiografia que absorveram tanto influências positivistas como

influências deste historicismo mais factual, como foi o caso da Escola Metódica Francesa. Não raro, Lucien Febvre também se referiu aos historiadores historizantes – pertencessem estes ao campo historicista ou ao campo de influências do Positivismo francês – como “positivistas”, e esta expressão é até hoje muito utilizada para designar o historiador retrógrado, factual ou ingênuo no trato de suas fontes.

Habilmente, os pioneiros dos *Annales* não foram medir forças contra a filosofia historicista mais avançada, que já desenvolvia interessantes reflexões sobre a Hermenêutica e os problemas relacionados à interpretação histórica ou à interação entre o historiador e suas fontes, e tampouco dirigiram suas críticas mordazes contra o neokantianismo, que também iria influenciar outro setor historicista, como o que mais tarde seria representado por Heinrich Rickert. Eles foram medir forças contra um certo setor historiográfico cientificamente frágil, mas que estava bastante fortalecido nos meios acadêmicos porque era na verdade dominante nos quadros da história oficial. Estavam prontos a se voltar contra a chamada “história historizante”, expressão que tomaram emprestada de Simiand, um economista que fizera uma implacável crítica contra um segundo manual publicado por Seignobos em 1901. A exemplar crítica de Simiand aparece em seu artigo para a *Revue de Synthèse Historique* intitulado “Méthode historique et Sciences Sociales”, e é sintoma da grande crítica que começava a ser movida contra a historiografia factual pelas ciências sociais que se afirmavam no século XX. Lucien Febvre e Marc Bloch retomam esta crítica a seu próprio favor, e elas aparecem em alguns dos ensaios que mais tarde seriam publicados em *Combates pela História* (1965). O principal ponto de articulação das críticas que os *Annales* desfecham tanto contra os setores mais factuais do historicismo, quanto contra a influência positivista incorporada pela Escola Metódica francesa, refere-se à notória questão da “História-Problema”, à qual retornaremos.

As ‘oposições radicais’ e as ‘oposições interativas’ dos *Annales*

Para compreender o quadro de diálogos e oposições sobre o qual os primeiros *Annales* erigem suas estratégias de projeção no mundo historiográfico, explicitaremos antes de mais nada as oposições radicais (Quadro 1, ao final deste artigo). Estas são aquelas oposições que se dão em relação a campos com os quais não há um diálogo possível ou nas quais isto somente ocorre de maneira extremamente tensa. Por outro lado, existem aquelas que poderemos chamar de ‘oposições interativas’ – as que se

referem a campos com os quais os Annales sustentam um diálogo interativo, produtivo, e por vezes assimilativo, e não apenas um diálogo de oposição, embora isto também possa ocorrer (e mais em alguns annalistas do que em outros).

Surgem necessariamente critérios entrelaçados neste tipo de análise, porque as contraposições e interações dos Annales se fazem em simultaneamente em relação a (1) um modo disseminado de fazer a História, mesmo fora do campo profissional dos historiadores (a história diletante e antiquária, que já havia sido criticada por Nietzsche), (2) em relação a paradigmas estabelecidos pela historiografia anterior (o paradigma historicista), (3) em relação a campos teóricos mais amplos (o Materialismo Histórico), (4) em relação a setores internos a um mesmo paradigma (o Historicismo mais avançado na reflexão sobre a consciência histórica, dos hermeneutas e neo-kantianos), ou (5) em relação a outros campos de saber (as ciências sociais em afirmação na época inicial de Bloch e Febvre e, mais tarde, já nos tempos de direção de Fernando Braudel, em fase de consolidação ou de novos impulsos).

De algum modo, as oposições radicais dos Annales das duas primeiras gerações (até 1968) referem-se àquilo que realmente já era bastante retrógrado em sua época: um paradigma positivista que não encontrara efetivamente realizações no âmbito da historiografia; a parte menos avançada de um historicismo que, de fato, encetara muitas realizações, mas que nestes setores mais retrógrados relutava em avançar para além dos preceituais indicados em seus manuais historiográficos; e por fim uma série de outras histórias, diversas vezes realizadas por historiadores não-profissionais e diletantes.

Há uma imagem muito interessante utilizada por Peter Burke para descrever este campo de oposições radicais em seu pequeno livro introdutório à *Escola dos Annales* (1990). Como Peter Burke utiliza a imagem de que a Escola (ou movimento) dos Annales teria promovido uma espécie de “revolução francesa da historiografia”, ou pelo menos divulgado a auto-imagem de ter encaminhado uma revolução historiográfica, ele menciona concomitantemente um certo “antigo regime” que os fundadores do movimento dos Annales pretendiam derrubar (BURKE, 1990, p.17). Na França, o monarca absoluto deste antigo regime historiográfico (ou um dos seus déspotas esclarecidos) teria sido até 1912 Gabriel Monod (1844-1912), fundador da *Revue Historique* (1875) e professor de maior influência na universidade francesa entre os historiadores de antigo tipo, sendo por isso que Carbonell e Livet chamam ao circuito de influências da historiografia tradicional nas instituições acadêmicas e editoriais francesas de *État Monot* (CARNONELL e LIVET, 1982, p.79-192).

Aproveitaremos a mesma imagem para nos referirmos ao campo de ‘oposições radicais’ dos Annales – aquele no interior do qual não é praticamente possível realizar alianças – como um “Antigo Regime Historiográfico”. Este Antigo Regime estende-se até as duas primeiras décadas do século XX, e depois prossegue com bastante força institucional até os anos 1945, mas agora enfrentando confrontos por todos os lados. Por isto o período situado entre 1920 e 1945, indicado por alguns autores como uma primeira fase do movimento dos Annales, é também descrito como um período de lutas, nos quais os primeiros annalistas se empenham em desalojar os historiadores de tipo antigo das principais trincheiras institucionais. A imagem desta luta, certamente, foi bastante exagerada e mitificada pelos historiadores dos Annales em épocas posteriores, já com vistas a construir uma história heróica e idealizada do movimento. Um trabalho cuidadoso de desmistificação deste período de fundação da Escola dos Annales, e da luta institucional encetada pelos “novos historiadores”, foi empreendido por Gerard Noiriel no seu ensaio *Sobre a Crise da História* (1996, p.261-286). Mas, de todo modo, falar em uma luta historiográfica e institucional não deixa de ser correto.

Naturalmente que, nos quadros historiográficos das primeiras décadas do século XX, e mesmo entre os historiadores do século anterior, os annalistas não encontraram somente oposições, como também alianças importantes (ver parte inferior do Quadro 1, ao final deste artigo). Para além do próprio Materialismo Histórico cujas bases já haviam sido lançadas já desde meados do século XIX, e dos setores mais avançados do Historicismo, que despontam a partir das últimas décadas deste mesmo século com as obras mais críticas de Dilthey e Croce – há também figuras isoladas às quais os annalistas rendem homenagens. Eram por vezes nomes mal acomodados no seu tempo, como o de Jules Michelet (1798-1874) que, ainda em meados do século XIX, chegara a explorar temas historiográficos inusitados como “O Povo” (1846) ou “A Feiticeira” (1862), ou como o Jacob Burckhardt (1818-1897) que já avançava por preocupações de novo tipo coma História da Cultura. Depois, já nas primeiras décadas do século XX, viria Huizinga (1872-1945), com preocupações análogas e mesmo antecipações de questões que seriam mais tarde tratadas pela “História das Mentalidades”. Ou seria mesmo preciso lembrar o nome de Henri Pirenne (1862-1935) nestas mesmas décadas iniciais – um historiador já preocupado em incluir e compreender o Econômico na historiografia.

Há ainda outro movimento, de certo modo interior à Historiografia, que na verdade precede o movimento dos Annales na crítica da historiografia tradicional e no

estabelecimento de bases para uma Nova História. Trata-se do movimento que se organiza em torno do filósofo Henri Berr (1863-1954) e da *Revue de Synthèse Historique*, em circulação desde o início do século (1900), e que já havia contado mesmo com a colaboração de Lucien Febvre como articulista. Este movimento já se organiza em torno da idéia de interdisciplinaridade, projeto que tem o seu *locus* privilegiado no Centro Internacional de Síntese, fundado por Berr, e que já se concretiza a partir de 1920 em uma coleção dirigida por Henri Berr com o título de *L'Evolution de l'Humanité*. Este movimento, ao qual os fundadores dos Annales também rendem as devidas homenagens, é no entanto menos comentado do que devia para não embaralhar o papel de ruptura que tenta ser construído para os Annales pelos seus fundadores e pelos historiadores que posteriormente se considerarão herdeiros do grupo.

Berr já ambicionava confrontar a velha historiografia descritiva do século XIX a partir da instituição de uma Nova História que deveria não apenas “descrever” as sociedades e processos históricos, como também “explicá-los” a partir de um fazer historiográfico que deveria incluir uma especial atenção a uma teoria histórica (e não uma filosofia histórica) voltada para a observação empírica. Sobretudo, a sua idéia de “Síntese Histórica” evocava já a cooperação de todas as ciências sociais e humanas, o que se expressa tanto no Centro Internacional de Síntese como na Revista por ele fundados. Isto já o coloca, rigorosamente falando, como o verdadeiro pioneiro com relação à sistemática prática da interdisciplinaridade. Tratava-se, por outro lado, de uma leitura bastante específica da interdisciplinaridade: esta deveria ser concretizada através de um trabalho de equipe (o que hoje seria mais adequadamente chamado de “transdisciplinaridade”), e implicava não apenas na eliminação de fronteiras entre as diversas ciências sociais, inclusive a História, mas também em uma aproximação em relação à Filosofia. Isto tudo sem recair, é claro, nas antigas “filosofias da História”, diante das quais Henri Berr se situava criticamente.

O movimento organizado por Henri Berr vem a mostrar que o Antigo Regime Historiográfico vinha sofrendo ataques não apenas dos “guerrilheiros historiográficos” ligados ao que logo se constituiria como o núcleo dos Annales. Havia em fins do século XIX um campo de estudos se formando, por exemplo, entre a História e a Economia, quase que antecipando a transdisciplinaridade que estaria tão em voga no século seguinte, e ali já surgiam historiadores econômicos que eram críticos dos historiadores políticos (entre estes, citaremos o nome de Gustav Schmoller). De igual maneira, na passagem do século XIX para o XX, Karl Lamprecht (1856-1915) teve de pagar um

duro preço de marginalização acadêmica por propor em plena Alemanha uma história de cunho psicológico-cultural, na qual antecipava também a abordagem da História Comparada, para não falar do diálogo com a Psicologia. Suas reflexões, audaciosas para a época e para uma espacialidade alemã que estava sob domínio do historicismo político, estão registradas em um texto do início do século em cujo título pergunta: “O que é História?” (LAMPRECHT, 1905).

Por outro lado, as Ciências Sociais em afirmação já vinham desfechando críticas mais ou menos ferrenhas contra uma historiografia que desprezavam. Isto, na verdade, no contexto de uma disputa contra a própria disciplina História como um todo – já que esta, milenar enquanto campo de saber, e centenária enquanto disciplina universitária – já ocupava os principais postos institucionais e oportunidades editoriais. A Geografia Humana, por exemplo – e não a Geografia Física, de Humboldt, e que já havia sido delimitada por Immanuel Kant no século XVIII – precisava encontrar o seu espaço acadêmico. Friedrich Ratzel havia escrito entre 1882 e 1891 a sua pioneira *Antropogeografia*, e em 1897 a sua *Geografia Política*, ambas a partir de um viés de determinismo geográfico e fundado na utilização de modelos biológicos. São os primeiros estudos autênticos de uma geografia humana, e que já começam a buscar o seu território de especificidades. De sua parte, Vidal de La Blache, que teria importância fundamental para um diálogo com os fundadores dos Annales, fundara em 1891 a revista *Annales de Géographie*. Percebe-se aqui a Geografia Humana como um campo de saber em recente emergência, buscando afirmar seu espaço territorial, e ao mesmo tempo integrar-se às demais ciências sociais e humanas. Isto posto, os novos geógrafos humanos já vinham revolucionando a própria Geografia, ao introduzir a análise da relação entre sociedade e espaço sob a perspectiva dos grupos sociais e também de sua evolução no tempo, o que já antecipava a futura abordagem da Geo-História. A influência da Geografia Humana entre os Annales foi bem estudada por Kinser, em seu ensaio *Paradigma dos Annales: o Estruturalismo Geo-Histórico de Braudel* (1981).

A mesma busca de afirmação dava-se no âmbito da Sociologia, sobretudo através do setor liderado por Durkheim, um herdeiro moderno do positivismo comtiano que se empenhava em afirmar a identidade da sociologia e que já tinha fundado também uma revista própria: o *Année Sociologique*. Foi aliás o cientista social François Simiand quem desfechou no início do século o mais implacável ataque contra um manual metódico de Seignobos publicado em 1901, no qual este historiador da Escola Metódica francesa praticamente ignorava a sociologia como legítimo campo de estudos.

Desta maneira, as Ciências Sociais – independentemente de suas alternativas de orientação teórica, o que incluía também a orientação positivista – vinha desejando disputar um espaço institucional com a História. Como quem controlava este espaço institucional, na época, era a historiografia que estamos agrupando metaforicamente sob o rótulo de um “Antigo Regime Historiográfico”, era contra estes antigos historiadores, factuais, políticos, valorizadores do acontecimento – ao mesmo tempo os mais frágeis epistemologicamente e os mais fortes institucionalmente – que os novos cientistas sociais se voltavam. É interessante ainda observar que a “historiografia positivista” pouco conseguira no século XIX em termos de realizações concretas, de modo que era um campo com muitas fragilidades; mas, enquanto isto, o positivismo nas Ciências Sociais, através dos desenvolvimentos durkheimianos, estava conseguindo trazer muitas inovações na passagem do século XIX para o XX. Mesmo Marc Bloch, em algumas obras, foi influenciado pelo sistema conceitual de Durkheim, assim como Lucien Febvre seria influenciado pela hermenêutica de Dilthey. Ambas as esferas – a das ciências sociais como um todo, e a do setor hermenêutico do historicismo – devem ser compreendidos no âmbito das ‘oposições interativas’ dos Annales. Aparecem aqui muitos diálogos, apesar das disputas territoriais.

Por fim, será oportuno lembrar mais uma vez que as críticas ao Positivismo Historiográfico e ao Historicismo Retrógrado vinham sendo encaminhadas por vários setores da historiografia para além dos que foram mencionados aqui, por constituírem diálogos interativos que são referenciados pelos próprios Annales. A corrente historiográfica americana do Presentismo, por exemplo, já discutia nas primeiras décadas do século XX a mesma idéia veiculada pelos Annales de que a historiografia se faz como construção do tempo presente, tal como atestam as obras de Charles Beard. E o historiador americano Robinson já se batia por uma renovação historiográfica em um ensaio que denominou *A Nova História* (1912).

Os Annales e as Ciências Sociais: contra a História Historizante

Voltemos, portanto, à questão da interação entre os Annales da primeira geração com as Ciências Sociais de seu tempo. As Ciências Sociais, que representavam uma inovação e uma revitalização para o conhecimento sobre o Homem, precisariam ser vencidas por assimilação de algumas de suas idéias e sua adaptação aos objetivos da História. Mas já a História Historizante, ela mesmo um alvo das nascentes Ciências Sociais, precisavam ser vencidas de maneira implacável, através da demonstração de

que eram conservadoras, inoperantes, antiquadas, ou mesmo inúteis para a Vida ou para a Modernidade. Desta maneira, Lucien Febvre iniciam sua sistemática demolição daquilo que passaria a ser visto como um Paradigma Historiográfico a ser superado e vencido. Os impactantes e por vezes sarcásticos ensaios de Lucien Febvre incluídos em *Combates pela História* (1953), ilustram bem este trabalho demolidor. Naturalmente que, como em toda luta, estratégias e táticas precisavam ser desenvolvidas, e isto já foi bem estudado por autores como François Dosse em *História e Migalhas* (1987), que procura descrever o período de ascensão dos Annalistas como uma luta em duas frentes: contra um adversário a ser desmoralizado – a História Historizante – e contra um adversário a ser respeitado mas submetido: as diversas Ciências Humanas que começavam a se afirmar no cenário intelectual europeu.

Diga-se de passagem, já há também estudos que procuram demonstrar aos aspectos mais exagerados da crítica dos annalistas contra alguns dos segmentos historiográficos que foram por eles reunidos sob o rótulo de “História Historizante”, “História Factual”, ou mesmo, um tanto impropriamente, “História Positivista”. Carbonell e Levi, por exemplo, procuram denunciar alguns exageros de Febvre e outros annalistas em suas críticas em um texto intitulado *Au Berceau des Annales* (1983). O mesmo Carbonell já havia buscado apontar estes excessos críticos na sua *História do Positivismo na França* (1978). Ou seja, décadas após a vitória triunfante dos Annales, consolidada na França e em outras partes do mundo através das influências da *Nouvelle Histoire*, começa-se a examinar criticamente o próprio conteúdo crítico desfechado pelos Annales contra seus adversários historiográficos. Há o outro lado, claro, cultuador da mística dos Annales. É este o caso de Pierre Chaunu em seu livro *História, Ciência Social*. Para ele, a História – a verdadeira história – nasce em 1929. E complementa: “O que é anterior tem valor de documento” (CHAUNU, 1974, p.101).

Hoje, percebe-se que os primeiros annalistas, sobretudo Febvre, utilizaram como tática a dicotomização entre duas “histórias” – uma nova história, representada por eles mesmos, e uma “velha história”, na qual enquadravam sob o rótulo de “história historizante” alguns setores dos quais divergiam, como se estes fizessem parte de uma única e grande corrente. Da mesma forma, também não eram os historiadores dos Annales os únicos interessados em renovar a História. Mas interessava ao grupo dos annalistas valer-se desta ‘dicotomia útil’, e ela aparece bem expressa em alguns dos artigos de Lucien Febvre, tal como um artigo de 1938 que traz como título “A História deles e a nossa”. A dicotomização produzida pelos Annales entre o seu movimento e

uma “outra história” é abordada no ensaio de Cobb intitulado “*Nous des Annales*” (1966). Quanto às estratégias dos primeiros annalistas para conquistar o espaço institucional ocupado pelo antigo regime historiográfico, ver o ensaio de Couteau-Begarie intitulado “O Fenômeno *Nouvelle Histoire* – estratégia e ideologia dos novos historiadores” (1983). De todo modo, as críticas dos Annales seriam vitoriosas porque realmente estavam afinadas com um novo tempo, com a modernidade das Ciências Humanas através de inovações que já começavam a ser encetadas em outros campos de conhecimento, e com uma nova proposta de fazer a história que já se impunha como necessidade, sob o risco de a História-Conhecimento perder consideravelmente terreno e interesse como modalidade de estudos sobre o Homem que já vinha ocupando o primeiro plano desde o século XIX.

Flandrin, em um interessante texto publicado em 1987, busca examinar a sucessão de paradigmas e movimentos historiográficos sob a perspectiva de uma história-problema que deve se indagar sobre as condições que tornaram possível o sucesso deste ou daquele movimento. Seu objetivo é demonstrar que cada época e circunstantialidade histórica abre espaço à historiografia que convém à configuração de interesses então dominantes. Não foi por acaso que havia grassado na Europa pós-revolucionária aquela historiografia política e acontecimental que enaltecia com particular veemência os grandes líderes nacionais, e que se empenhava em por em relevo o confronto bélico e diplomático entre as nações oitocentistas, cada qual empenhada em se afirmar identitariamente no cenário europeu.

Qual seria, então, o clima geral que tanto favorecia o surgimento de um novo movimento, destinado a sair-se vitorioso apesar das hostilidades acadêmicas iniciais? Para começar, uma boa parte da intelectualidade européia começava a encaminhar a crítica dos nacionalismos exacerbados, que haviam levado aos imperialismos e à Primeira Guerra Mundial. Os grandes projetos nacionais, e muitos historiadores neles haviam se engajado no século anterior, mais pareciam ter conduzido à Barbárie do que ao tão prometido progresso humano. A história política – na verdade uma história (da) política, e de uma política bem específica que era a dos estados-nacionais – estava agora em cheque. Ao mesmo tempo, crises econômicas e sociais chamavam atenção para a necessidade de estudar estas duas instâncias do social. Não tardaria muito, e a explosão populacional iria requerer também uma História Demográfica. Era este o grande clima que facilitava o ataque a um antigo fazer histórico que se referia a um mundo em crise, e que tinha a sua parcela de responsabilidade nesta crise.

Para além do já mencionado movimento tático que consistiu em bombardear sistematicamente as posições da historiografia tradicional de tipo “historizante”, a outra estratégia do movimento, igualmente fundamental, foi a de encaminhar a proposta de Interdisciplinaridade, com a qual os Annales iriam aproveitar em seu próprio favor toda uma série de novidades e novos olhares sobre o mundo humano que estavam desabrochando no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Lingüística, a Geografia Humana, ou mesmo a Psicologia.

Uma das mais incisivas críticas encaminhadas por Lucien Febvre contra a história historizante consistiu na recusa dos Annales em conceber a coincidência entre a História Efetiva e a História-Conhecimento – ou, nas palavras de Pomian em sua obra *L'ordre du temps* (1984, p.92), no encaminhamento da distinção entre “faire l’histoire” (agir na História) e faire de l’histoire” (escrever a História). Acompanha de perto esta proposição a recusa em deixar de enxergar a diferença entre Passado e Presente, ou, ainda, a diferença entre o tempo reconstruído pelo historiador e o tempo vivido da história efetiva. De fato, tanto para vários setores do Historicismo como para os positivistas propriamente ditos – cientificistas que acreditavam na possibilidade de encontrar para a História e para as sociedades Leis Gerais do comportamento humano – uma das tarefas do historiador era reconstituir o tempo histórico vivido. “Reconstituir”, é este o ponto, pressupõe uma atitude inteiramente distinta da que está implícita no verbo “Reconstruir”, este que se aplicava à própria postura dos annalistas face à sua reconstrução histórica a partir de uma História-Problema.

Para os historiadores factuais de todos os tipos, seria tarefa do Historiador reconstituir os fatos tal como eles ocorreram, e para muitos ainda repercutia como uma máxima o velho dito de Ranke registrado no prefácio de seu estudo de 1824 sobre as *Histórias dos Povos Românicos e Germânicos de 1494 a 1514* (1824). Um certo setor relativista do Historicismo, é verdade, particularmente sob a inspiração do desenvolvimento da hermenêutica, já considerava que o historiador não examina a História de maneira neutra e com objetividade absoluta, tal como propunham os positivistas e historicistas cientificistas. Alguns destes historicistas já consideravam que o historiador só pode elaborar a História de um certo ponto de vista, de modo que cada historiador deveria trazer a contribuição de seu próprio olhar à História. Mas de todo modo, a perspectiva aqui, mesmo para o caso dos historicistas relativistas de fins do século XIX, era a de que era possível reconstituir a história de certo ponto de vista. A realidade, bastante complexa, mas de todo modo já dada de antemão, poderia ser

recuperada pelo historiador de certo ponto de vista, como se ele olhasse para um objeto complexo de determinado ângulo. Mas, mesmo nestes casos em que alguns historicistas já admitiam a pluralidade de perspectivas, não era raro que concebesse o seu trabalho em termos de uma reconstituição da História – uma reconstituição perspectivada, mas ainda assim uma constituição.

Por outro lado, é claro, Droysen (1808-1884), com seu *Historik*, e Dilthey (1833-1911), com seus *Estudos sobre os Fundamentos das Ciências do Espírito* (1883), já haviam iniciado suas reflexões no âmbito da hermenêutica, chegando com Dilthey à distinção entre a Explicação da Compreensão como posturas que diferenciavam as Ciências Naturais das Ciências Humanas, e alguns já se beneficiavam certamente deste debate, ao qual podem ser acrescentados outros nomes como o de Benedetto Croce (1866-1952). Neste sentido, não se pode dizer que toda a historiografia historicista se pensava em termos de uma rigorosa “reconstituição da História”, tal como Febvre parecia querer dar a perceber. Mas, de toda maneira, a contraposição entre a antiga proposta de “reconstituição da História” e a “reconstrução da História” a partir de uma História-Problema foi fundamental no conjunto de críticas desfechado pelos *Annales* contra a historiografia historizante.

A História-Problema

Algumas considerações a mais devem ser feitas com relação à idéia de uma História-Problema, proposta pelos *Annales*. Contra o historicismo de cunho mais retrógrado, a História-Problema dos *Annales* vai se colocar em confronto com um antigo modo de escrever a História: o da organização do caos de eventos em uma Trama da qual, antes mesmo da pesquisa, o historiador já conhece o seu fim. Esta narrativa linear – que tem como modelo a biografia unilinear e falsamente coerente, com início e fim – corresponde a um dos principais pontos de ataque dos primeiros *annalistas*, e de Lucien Febvre em particular. A este tipo de história narrativa, Febvre irá chamar de “história factual”, no sentido de uma história que se compraz em extrair dos documentos os fatos (geralmente políticos) e em ordená-los cronologicamente em uma linha compreensível, frequentemente ancorada em cadeias causais, outras vezes acumulativa de informações nem sempre necessárias.

Distintamente deste modelo que postulava “reconstituir” o passado, a História-Problema dos *Annales* propõe “reconstruir” o passado em cada presente. O “problema”, e é esta a idéia que está por trás desta expressão, é precisamente o elemento em torno do

qual se dá esta reconstrução. Trata-se de reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador. Para além disto, trabalhar com um “problema” pressupõe o gesto de reconhecer e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás do problema e das escolhas historiográficas, e não esconder estes conceitos dos olhos do leitor, para forjar o mito da neutralidade. Tudo na História-Problema deve ser explícito: também as fontes, os métodos, e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia. Além disto, na historiografia da “História-Problema”, também as hipóteses adquirem uma especial importância; “a história torna-se uma empresa teórica” (REIS, 2000, p.75).

Ato contínuo à instituição de uma História-Problema é uma nova noção do fato histórico. No historicismo mais tradicional (o historicismo dos manuais de fins do século XIX) o fato histórico existia externamente à ação do historiador, e encontrava-se objetivamente instalado no documento histórico. Essa noção do fato como um dado a ser buscado, e não construído, aparece claramente nos manuais de Bernheim (1889) ou o de Seignobos e Langlois (1898), e ainda no tardio manual de Louis Halphen, publicado em 1946 e duramente criticado por Fernando Braudel em seu artigo publicado no terceiro semestre de 1958 com o título “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”. De acordo com os metódicos e com o setor mais retrógrado do historicismo, a dupla crítica documental – externa para assegurar a autenticidade do documento, e interna para confirmar a autenticidade da informação – seria suficiente para recuperar esse fato histórico projetado na documentação. A partir daí, bastaria encaminhar uma operação de ordenamento cronológico, e os fatos praticamente falariam por si mesmos, bastando ao historiador cumprir esse papel de mediação, de operador técnico que a partir de operações muito precisas permite que se reconstitua o processo histórico. Louis Halphen chega a dizer em seu manual que bastaria deixar-se levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente”. É contra este modelo que a “História-Problema” se oporá.

Se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser conseqüentemente uma construção do historiador. O que vai instituir como fato histórico uma informação, um dado ou um aspecto qualquer da realidade vivida e registrada em fontes diversas é o problema proposto pelo historiador, o recorte histórico

por ele construído, para além do horizonte teórico constituído. De igual maneira, os fatos históricos não se restringem mais ao mundo político, uma vez que as problematizações propostas pelo historiador dizem também respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos. Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que “tudo é história” – no sentido de que nada escapava ao movimento da História – era agora reapropriado pelos Annales para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador, e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à História da Política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual praticamente se restringira o historicismo mais tradicional. “Tudo é história” passava a ser, a partir de então, um dos sentidos possíveis para a expressão História Total (a “história de tudo”, em uma de suas aberturas de significado; a “história do todo”, na sua acepção holística).

A possibilidade de ultrapassar os estreitos limites dos fatos políticos também ensejou uma ampliação no universo de fontes dos historiadores. Doravante, não mais lhes interessarão apenas as fontes de arquivo e as crônicas que dizem respeito à História Política tradicional. Qualquer vestígio ou qualquer evidência – dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizados pelos historiadores. A revolução documental e a nova definição de fonte histórica era uma das grandes novidades trazida pelas primeiras gerações da Escola dos Annales (AYMARD, 1972, p.502; REIS, 2000, p.78).

Interdisciplinaridade

Um último aspecto a destacar na crítica dos Annales ao Historicismo e a outras correntes historiográficas de seu tempo refere-se à sua ênfase na Interdisciplinaridade. Todos os estudiosos do movimento dos Annales são unânimes em apontar a Interdisciplinaridade como o grande traço de identidade que de alguma maneira unifica todo o movimento dos Annales. A Interdisciplinaridade, de certo modo, assegura a possibilidade de unir os vários aspectos atrás referidos: a História-Problema, o caráter construtivo (e não reconstitutivo) da História, a ampliação de fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem), e, por fim, a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador. Naturalmente que a interdisciplinaridade não foi exclusiva dos Annales, pois os novos tempos a requeriam

em alguma medida e historiadores diversos não deixaram de dialogar com outros campos disciplinares mesmo fora dos Annales, sobretudo no âmbito do Materialismo Histórico. Mas a questão é que o movimento historiográfico dos Annales insistiu ostensivamente neste aspecto como um traço constituinte da sua própria identidade, e isto é o que mais importa aqui. O fato de que todos os historiadores das primeiras gerações dos Annales praticaram a interdisciplinaridade, e também boa parte de seus herdeiros, é de grande relevância; mas mais relevante ainda é que os fundadores dos Annales, e também as gerações posteriores, procuraram chamar atenção para este aspecto como um traço constitutivo de sua própria identidade. Não bastava praticar a interdisciplinaridade; era preciso, para os Annales, fazer da Interdisciplinaridade um traço característico de sua identidade: algo que pudesse ser contraposto como uma “marca” dos Annales, ainda que a Interdisciplinaridade também estivesse “fora” dos Annales. Assim, para os Annales, a Interdisciplinaridade foi uma “prática”, mas também assumiu um lugar importante no âmbito da “representação” de sua própria imagem.

Fundamentalmente, ‘Interdisciplinaridade’ é uma expressão que se refere ao diálogo entre disciplinas. Hoje em dia, utiliza-se a palavras ‘Transdisciplinaridade’ para uma cooperação entre várias disciplinas ou profissionais ligados a diversas áreas de saber, em um Projeto Integrado, por exemplo, mas sem que a Pesquisa ou o Projeto tenha uma disciplina-base. Já ‘Interdisciplinaridade’ refere-se à prática de, no interior de um certo campo de saber – no caso a História – lançar-se mão de metodologias ou aportes teóricos apropriados de outras disciplinas, estabelecer diálogos com outros campos de saber, enriquecer uma disciplina com pontos de vista oriundos de outras, e, o que é particularmente importante para o tipo de Interdisciplinaridade que seria construída pelos Annales, abordar um certo objeto de análise comum a outros campos de saber.

Henry Berr, no projeto interdisciplinar proposto pela *Revue de Synthèse*, fundava a sua noção de interdisciplinaridade basicamente na busca de um método em comum, contrastando com o padrão de interdisciplinaridade que seria proposto pelos Annales, estabelecido principalmente em torno de um objeto de análise em comum. Para Lucien Febvre, esse objeto em comum – com a Economia, a Geografia, a Sociologia, em um primeiro momento – implicaria em uma espécie de “troca de serviços” entre as diversas ciências sociais. Sobre esta questão, ver o artigo de Jacques Revel sobre “Os Paradigmas dos Annales” (REVEL, 1979).

Ao eleger como sua preocupação fundamental o Homem enquanto “ser social” (e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais), a Escola dos Annales estabelecerá a sua dimensão interdisciplinar como um dos traços mais fortes e característicos do seu programa de ação. A expansão dos campos históricos para além da tradicional História (da) Política na qual se concentrava o historicismo tradicional torna-se uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a História Econômica, a História Social, a Geo-História. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiriam de um lado a História Antropológica e a História Cultural, e de outro lado a História Demográfica. Estes novos espaços intradisciplinares são os sintomas mais claros de uma Historiografia que agora se afastava da Filosofia – principal espaço de diálogo para o Historicismo – e que se tornava uma ciência social, como as outras. Esta questão, aliás, é examinada por Marc Ferro que traz o título: “Des Annales à la Nouvelle Histoire” (1987).

A Longa Duração: Imagem Imóvel do Devir

Platão evoca em *Timeu* a imagem de que o Tempo é “imagem móvel da eternidade”. Parodiando o filósofo grego, poderíamos evocar, para ilustrar uma das concepções de tempo que surge com os Annales – em especial com a contribuição de Braudel – a imagem inversa de que “o Tempo é a imagem imóvel do Devir”. De fato, a terceira crítica mais forte que os Annales encaminham contra o modelo historicista reside em sua nova proposta do Tempo. A “Longa Duração” é o mais bem acabado arcabouço da nova postura dos Annales com relação ao tratamento da temporalidade. A proposta desta forma de tratamento temporal, próxima à “Estrutura” que já era operacionalizada por algumas das ciências sociais a partir de alguns das suas correntes, era a de criar uma interação entre mudança e permanência, ou de enquadrar a mudança, por assim dizer, na moldura da Longa Duração. A proposta diferencia-se do conceito de “estrutura” tal como praticado nas ciências sociais da época, uma vez que estas tendiam a desconsiderar o evento, mas ao mesmo tempo estabelecia-se aqui um diálogo. Estruturar o Evento, eis o projeto conceitual por trás da idéia de longa duração.

Em seu ensaio *Arqueologia do Saber* (1969), Michel Foucault identifica uma íntima relação entre a possibilidade de pensar a “longa duração” e uma nova postura do

historiador frente às fontes históricas. “Longa Duração” e “Série Documental” surgem aqui como proposições complementares. A possibilidade de estabelecer séries massivas de documentos, nas quais cada fonte deixa de ser isolada para ser percebida em um conjunto mais amplo que se estende cronologicamente, foi precisamente o que teria habilitado o historiador para atuar historiograficamente em um registro mais extenso, percebendo permanências e variações graduais. A “Longa Duração” deriva da “Série”, conforme ressalta Michel Foucault. Mais ainda, a idéia de “longa duração” está envolvida pela idéia de que o tempo histórico pode articular diferentes ritmos de passagem do tempo, como bem mostrará Fernando Braudel em seu *Mediterrâneo* (1949). Há autores, como José Carlos Reis em *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico* (1994), que consideram esta inovação no tratamento do tempo como precisamente aquilo que permite situar os Annales como um movimento realmente novo em relação à historiografia de sua época, ou categorizá-la como uma “Escola”. Para o caso do contraste com relação ao Historicismo – que é o tema do presente texto – esta distinção é evidente.

Conservando o milenar projeto de Heródoto de estudar as mudanças humanas, mas buscando conciliar esse projeto com as ambições de cientificidade trazidas pelas diversas ciências sociais que começavam a se afirmar nos primórdios do século XX com sua proposta de captar a regularidade social, os Annales teriam encontrado uma solução peculiar e única: enquadrar a mudança histórica na moldura da “longa duração”.

No âmbito mais amplo da longa duração, o tempo se apresenta estrutural; no seu interior ocorrem mudanças, mas estas se resolvem no interior da estrutura (um período com determinadas características) através de repetições, ciclos, regularidades. Desta maneira, os Annales abrem espaço para se pensar o tempo em termos de um enquadramento de diferentes “durações” – projeto que assumiria a sua forma mais sofisticada com Fernando Braudel – e as estruturas teriam sua própria história, associadas a um tempo lento, de tal maneira que uma estrutura poderia ser contraposta a outra em termos de alteridade (e não de continuidade). No interior das estruturas sim, poderiam ser abordadas as média e curta duração, de modo que o projeto braudeliiano de durações enquadradas conseguiria estabelecer uma conciliação entre o tempo agitado da história tradicional e o tempo imóvel das ciências sociais emergentes. Segundo a hipótese desenvolvida por José Carlos Reis (2000), seria desta nova representação do tempo histórico trazida pelos Annales que se desdobra todo um conjunto de aspectos que hoje são ressaltados como traços distintivos dos Annales, oportunizando novos

objetos, novas fontes buscadas pelos historiadores, novas abordagens e metodologias, e uma nova concepção do que deveria ser o trabalho do historiador.

Passado / Presente dos Annales x Passado-Presente do Historicismo

Desdobramento interessante do novo tempo histórico proposto pelos Annales é singularidade da sua relação entre Passado e Presente. Presente e Passado são distintos, contudo ligam-se entre si através do Problema. O Problema é sempre formulado a partir do presente, e é através dele que se reconstrói em um só movimento o Passado examinado e o tempo histórico (uma periodização, um jogo de durações, uma estruturação específica). A idéia é que, com a operação historiográfica, estabelece-se uma comunicação mútua entre dois diferentes, de modo que aqui a perspectiva dos Annales opõe-se frontalmente ao padrão da História Positivista que tende a ver o Passado como um objeto analisado pelo historiador, sem a ele retornar. Nos Annales, o Presente coloca as questões de sua época para o passado, estruturando-o a partir de uma problematização, e reciprocamente o Passado recoloca novas questões para o presente, permitindo que na operação historiográfica não apenas o historiador compreenda o passado, tal como ocorre na perspectiva historicista mais tradicional (rankiana), mas também compreenda a si mesmo.

Há ainda uma diferença sutil entre a proposta dos Annales e o setor do Historicismo que se inspira nas conquistas hermenêuticas encaminhadas através de Wilhelm Dilthey e, mais particularmente, de Hans-Georg Gadamer através do viés heideggeriano. Recuperando toda uma contribuição histórica da hermenêutica até a sua época, em sua obra *Verdade e Método*, mas também em *A Consciência Histórica*, Gadamer ultrapassa a perspectiva de Dilthey a partir de Heidegger, e busca frisar que o historiador só pode “compreender” porque participa de uma tradição diante da qual deve se colocar simultaneamente como herdeiro e como intérprete. Desta maneira, acompanhando a tendência geral do historicismo, a hermenêutica gadameriana tende a incorporar presente e passado em uma contemporaneidade na qual se insere o historiador. Já os Annales tendem a remarcar mais a distinção entre Presente e Passado. Entre as discussões que mais preocupam os seus historiadores está a ênfase na necessidade vital de evitar o Anacronismo, o que é um sintoma significativo. Destarte, a História-Problema é o que estabelece precisamente um vínculo recíproco entre Passado e Presente. O Tempo Histórico é percebido, com bem destaca Ariès em *O Tempo da História* (1986), exatamente nesta surpreendente diferença entre o Presente e o Passado,

ou, ainda, na diferença entre as várias estruturas entre si, consideradas sob a perspectiva de estruturas totais e fechadas que se sucedem. Deste modo, “o Passado e o Presente são diferentes que dialogam, e não a continuidade cumulativa do mesmo” (REIS, 1994, p.26).

A noção muito forte de que o Passado é diferença em relação ao Presente – e de que cada época pode se diferenciar de uma outra como se fosse uma terra estrangeira – pode ser ilustrada com os comentários encaminhados em 1942 por Lucien Febvre com sua obra sobre “O Problema da Descrença no século XVI: a religião de Rabelais” (1968, p.157). Ali, ele chama atenção para o instrumental particular de cada civilização, e ressalta que “nenhuma civilização está assegurada de poder transmitir essa *ouillage* a épocas que vão lhe suceder”. A França do século XVI, no que se refere à sua utensilhagem mental mais específica, pode ser tão diferente da França do século XX como, mal comparando, podem ser duas civilizações distintas ou duas nações estrangeiras. Por isto, Lucien Febvre dedicava especial cuidado a chamar atenção para os riscos do Anacronismo.

Sobre o papel do ‘evento’ no Tempo dos Annales, o traço comum a todo o movimento é a crítica em maior ou menor grau à chamada História Eventual. Contudo, os annalistas se dividem com relação à possibilidade de interação entre Evento e Estrutura. Há desde as propostas mais radicais que tentam levar a seus limites a abordagem estrutural e praticamente excluir o evento, até as propostas que permitem um espaço de afirmação do evento desde que dentro do quadro emoldurante da estrutura, até chegar a uma espécie de Dialética da Duração, à maneira de Braudel, dentro da qual o evento está estruturado (REIS, 1994, p.27). Inserir o Evento na Estrutura corresponde a pensar a Mudança ou as diversas mudanças no interior da grande Permanência, e dentro desta concepção mais ampla, desdobram-se tendências e posicionamentos vários, trazendo um certo número de maneiras de trabalhar com a articulação Evento/Estrutura. Assim, uma primeira divisão poderia ser vislumbrada no próprio momento de fundação dos Annales, com as figuras-chave de Bloch e Febvre. Febvre tendia a partir do evento, e a partir daí estruturá-lo ou encontrar seu lugar na Estrutura. Bloch tendia a partir da Estrutura. Braudel, grande nome da segunda geração, busca realizar a síntese.

A função do Evento Estruturado ou do indivíduo notório que pode dar a perceber a Mentalidade Coletiva, em algumas das mais importantes obras de Lucien Febvre – apesar de seu ruidoso combate contra a história eventual – faz dele um caso singular, e um de seus principais estudiosos, H. D. Mann, se refira a ele no livro “Febvre: o

pensamento vivo de um historiador” como um estruturalista “anti-estruturalista” (1971, 93-124).

Exemplo da abordagem de Febvre – partir do evento ou da singularidade para depois chegar à sua integração da Estrutura – pode ser encontrado também no seu tratamento muito específico da História das Mentalidades. Febvre, ao menos nos primeiros momentos, fora mais influenciado pela *Revue de Synthèse* de Henri Berr do que pelos *Anée Sociologique*, de Durkheim, e tendia a partir de uma produção intelectual ou histórica específica para a partir daí apreender ou reconstruir a sua inserção na Estrutura. Para ele, a História das Mentalidades – entendendo-se a “utensilhagem mental” como o conjunto de características intelectuais de uma época – aparece como uma espécie de História das Idéias que procura ressaltar certas características intelectuais e psicológicas relacionadas a uma época a partir das obras de grandes personalidades intelectuais. Desta maneira, a aproximação biográfica é o ponto de partida para se alcançar um substrato mais amplo, com a todas as pessoas de uma época – uma “estrutura mental”, por assim dizer – da mesma forma que em outros casos Febvre partia do Evento para depois reconstruir a sua inscrição na totalidade estrutural. O modelo de História Intelectual encaminhado por Febvre nas suas obras sobre grandes personalidades como Rabelais ou Lutero é o equivalente do modelo por ele mesmo praticado de eleição do evento para posterior estruturação. Em um artigo de 1983 sobre a “Noção de Mentalidade em Bloch e Febvre”, Burguière examinou o contraste entre singular este modelo proposto por Febvre para a “análise da utensilhagem mental”, filiado a Henri Berr, e a abordagem que se desdobra de Marc Bloch como prenúncio de uma História das Mentalidades que ainda estaria por vir, dali a algumas décadas.

Alternativas, igualmente inovadoras, emergem dos modos possíveis de relação entre Evento e Estrutura na Longa Duração annalista. Como já foi dito, o Tempo Estrutural permite conceber, no interior da estrutura, não apenas os eventos, como também processos que realizam reversibilidade, repetições, ciclos. Este é o ponto de partida de uma tendência que se desdobra posteriormente do modelo estrutural que parte de Marc Bloch. O historiador da estrutura pode direcionar o seu olhar precisamente para os Ciclos que se realizam no interior da Estrutura, e esta busca esteve na origem de novas modalidades historiográficas como a História Serial e a História Quantitativa.

A “longa duração”, enfim, deve ser apontada como o grande conceito introduzido pelos Annales no que concerne à temporalidade. O conceito terá repercussões definitivas na historiografia, e no artigo de Braudel de 1958, intitulado “A

Longa Duração”, encontrará a sua exposição teórica mais bem acabada. Posteriormente, as aberturas proporcionadas pela noção de “longa duração” chegarão, no limite, à possibilidade de propor uma “História Imóvel”, o que será feito por Le Roy Ladurie em um artigo de 1974 da Revista dos Annales.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS

- BEARD, Charles A. e VAGTS, A. A. “Currents of Thought in Historiography” in *The American History Review*, 1937, vol.XLII, n°3.
- BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Labor, 1937 [original: 1889]
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original: *Le rois thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1924]. BLOCH, Marc. *Apologie pour l’Histoire ou métier d’historien*. Paris: A. Colin, 1974.
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 [original: 1969].
- BRAUDEL, Fernando. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”. *Annales ESC*, n°4, 1958.
- BURGUIÈRE, A. Histoire d’une Histoire : la naissance des Annales. *Annales ESC*, n°6. Paris: A.Colin, nov/dec 1979.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*. Paris: SEDES, 1974.
- CHAUNU, Pierre e CHAUNU, Hugette. *Seville et l’Atlantique (1504-1650)*. Paris: 1960/1965].
- DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*. Madrid: Espasa-Calpe, 1948
- DROYSEN, Johan Gustav. *Historik*. Editado por Peter Leyh. Stuttgart: Forman-Holsboog, 1977.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l’histoire*. Paris: A. Colin, 1965 [original: 1953]
- FEBVRE, Lucien. *Le problème de l’incroyance au XVI siècle – La Religion de Rabelais*. Paris: A. Michel, 1968 [original: 1942].
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l’Histoire*. Paris: A. Colin, 1953.
- FOUCAULT, Michel. *L’archéologie du savoir*. Paris : Gallimard, 1969.
- FURET, François. *L’atelier de l’Histoire*. Paris: Flammarion, 1982.
- HALPHEN, Louis. *Introduction à l’Histoire*. Paris: PUF, 1946.
- LABROUSSE, Ernst. *Esquisse du mouvement de prix et de revenus*. Paris : Librairie Dalloz, 1933]
- LABROUSSE, Ernst. *La crise de l’économie française à la fin d’Ancient Régime et au début de la Revolution*. Paris: PUF, 1943.
- LAMPRECHT, Karl. *What is history? Five lectures on the modern science of history*. New York: Macmillan Co., 1905.
- LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1946 [original: *Introduction aux Études Historiques*, 1898]
- LE GOFF, Jacques (org). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978 (segunda edição, com Prefácio atualizado: Bruxelas: Complexe, 1988) [*A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990].
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l’historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (orgs). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3 vol. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [original: 1974].

POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
ROBINSON, J. H. *The New History*. New York: 1912.
RANKE, Leopold von. *History of the Latin and Teutonic Nations from 1494 to 1514*. London: Kessinger Publishing, 2004 [original: 1824]
SIMIAND, F. *Méthode historique et science sociale*. Annales ESC. N°1, jan/fev 1960 [original: Revue de Synthèse, 1903].

Bibliografia:

ARIÉS, Philippe. *Le temps de l'histoire*. Paris: Seuil, 1986 [original: 1954].
BURKE, Peter. A Escola dos Annales. São Paulo: UNESO, 1991 [original: 1991]
BURGUIÈRE. Histoire d'une Histoire: Naissance des Annales. *Annales ESC* 6, Paris: Nov/dez 1979.
CARBONELL, C. e LIVET, G. *Au berceau des Annales*. Toulouse, Presses de l'Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 1983.
CARBONELL, C. L'histoire dite positivista em France. *Romantisme*. N°21-22, Paris: *Revue de La Société des Études Romantiques*, 1978.
CARDOSO, Ciro Flamarion. "História e Paradigmas Rivais" in CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs), *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
COBB, R. "Nous des Annales" in *A second identity*. London: 1969, p.76-86 [original: 1966]
COUTEAU-BEGARIE, h. *Le phénomène « Nouvelle Histoire » – stratégie et ideologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983.
BURGUIÈRE. Histoire et Structure. *Annales ESC*.n°3, Paris: A. Colin, mai/juin 1971.
DOSSE, F. *L'histoire em miettes – des Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987.
FERRO, Marc. « Des Annales à la Nouvelle Histoire » In *Philosophie et Histoire*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.
FLANDRIN, J-L. De l'histoire-problème à l'approche historique des problèmes. In: GADOFFRE, G (org). *Certitudes et Incertitudes de l'Histoire*. Paris: PUF, 1987.
FOUCAULT, Michel. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
GEMELLI, G. "Les Annales nel secondo dopoguerra: uno Paradigma?". In. ROSSI, P (org). *La storiografia contemporanea – indirizzi e problemi*. Milano: Arnaldo Mandadori, 1987.
IGGERS, G. *New Directions in European Historiography*. London: Methuen, 1971.
KINSER, S. « Annalist paradigm? The geo-historical structuralism of F. Braudel ». *The American Historical Review*, n°1. Washington: Historical American Association, 1981 (fev.).
NOIRIEL, Gerard. *Sur la crise de l'histoire*. Paris: Belin, 1996.
REIS, José Carlos. "O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa" In *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.65-90.
REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
REVEL, Jacques. Les paradigms des Annales. In: *Annales ESC*, n°6, Paris: A. Colin, nov/dec 1989.
ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa – tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: UEM, 2000.
STOIANOVITCH, T. *The French historical method – The Annales paradigm*. London: Cornell University Press, 1976.

OPOSIÇÕES RADICAIS

o “Antigo Regime Historiográfico”

**HISTORIOGRAFIA
POSITIVISTA**

**A
HISTÓRIA FACTUAL
E OUTRAS HISTÓRIAS**

(História Antiquária,
História Diletante,
etc ...)

**HISTORICISMO
“HISTORIZANTE”**

X

PRECURSORES

**ESCOLA DOS
ANNALES**

Movimento
de Síntese
Histórica

**MATERIALISMO
HISTÓRICO**

CIÊNCIAS SOCIAIS

(Geografia Humana,
Sociologia, Economia,
Linguística, e mais tarde a
Antropologia, a Psicologia, a
Semiótica)

**HISTORICISMO
RELATIVISTA**

(Hermenêutica, Neo-Kantianos,
e outros)

OPOSIÇÕES INTERATIVAS